

O discurso médico e higienista sobre a infância na formação de professores nas primeiras décadas do século XX em Santa Catarina

Resumo

Compreender como a infância é tratada no discurso médico e higienista em uma escola de formação de professores no estado de Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX, é o foco do artigo em pauta. Para tanto, são analisados os programas da disciplina de Higiene da Escola Normal, no período de 1919 a 1937. Em 1935, a escola Normal passa a denominar-se Instituto de Educação. Além dos programas, também são analisados os artigos publicados na revista Estudos Educacionais, periódico vinculado ao Instituto de Educação, e que contou com seis edições entre os anos de 1941 e 1946, de autoria de estudantes e professores da instituição. As conclusões do estudo indicam que o ensino da Higiene não se restringia aos cuidados com o corpo, mas estava amalgamado a um projeto para civilizar e moralizar do povo catarinense pela via da Educação. Assim, os conteúdos ensinados na Escola Normal deveriam ser transmitidos na escola primária às crianças, aos pais e à comunidade da qual o grupo escolar fazia parte. Nos primeiros anos, o ensino da Higiene estava muito vinculado à disseminação de orientações acerca da higiene corporal, familiar, bem como à profilaxia de doenças. Paulatinamente, os conteúdos do discurso médico-higienista centraram-se no acompanhamento do desenvolvimento biológico da criança. As análises realizadas confirmam a ideia de que a infância se constituía em objeto de intervenção higiênica e disciplinar, tendo como fundamento os conhecimentos científicos proporcionados pelas Ciências da Educação, particularmente a Biologia.

Palavras-chave: educação; infância; higiene; formação de professores.

Mônica Teresinha Marçal

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Florianópolis/SC
– Brasil
monicamarcal@hotmail.com

Ana Paola Sganderla

Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO – Irati/PR – Brasil
anapaolas@gmail.com

Diana Carvalho de Carvalho

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/SC – Brasil
dianacc@terra.com.br

Para citar este artigo:

MARÇAL, Mônica Teresinha; SGANDERLA, Ana Paola; CARVALHO, Diana Carvalho de. O discurso médico e higienista sobre a infância na formação de professores nas primeiras décadas do século XX em Santa Catarina. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 112-138, set./dez. 2022.

DOI: 10.5965/1984723823532022112

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723823532022112>

The medical and hygienist discourse on childhood in the teacher training in the early decades of the 20th Century in the state of Santa Catarina

El discurso médico e higienista sobre la infancia en la formación de profesores en las primeras décadas del siglo XX en Santa Catarina

Abstract

This paper is aimed to understand how childhood is addressed in the medical and hygienist discourse in a teacher training school in the state of Santa Catarina, Brazil in the early decades of the 20th century. For such, it was analyzed the syllabi of the Hygiene course taught at the *Escola Normal* [Teachers School] between 1919 and 1937. In 1935, the *Escola Normal* had its name changed to *Instituto de Educação* [Institute of Education]. Besides the syllabi, it was also examined papers published in *Estudos Educacionais*, a journal linked with the *Instituto de Educação*. Six issues were published between 1941 and 1946, and the authors were the institution's students and teachers. The study conclusions indicate that the teaching of Hygiene was not restricted to the care of the body but was mixed with a project aiming to civilize and moralize the Santa Catarina people by means of education. Thus, the topics taught at the Teachers School should be conveyed in Elementary School to the children, parents, and community to which the school belonged. Initially, the teaching of Hygiene was strongly linked with the dissemination of information on body and family hygiene, as well as the prophylaxis of diseases. Gradually, the topics of the medical-hygienist discourse were centered on the follow up of the child's biological development. The analyses confirm the idea that the childhood was the object of hygienic and disciplinary intervention, grounded on the scientific knowledge provided by the Sciences of Education, particularly Biology.

Keywords: education; childhood; hygiene; teacher training.

Resumen

Comprender como es tratada la infancia en el discurso médico higienista en una escuela de formación de profesores, en el estado de Santa Catarina, en las primeras décadas del siglo XX, es el foco de este artículo. Con este fin se analizan los programas de la materia Higiene de la Escuela Normal en el período de 1919 a 1937. En 1935, la Escuela Normal pasa a llamarse Instituto de Educación. Además de los programas, también se analizan los artículos publicados en la revista *Estudos Educacionais*, periódico vinculado al Instituto de Educación, que publicó seis ediciones entre 1941 y 1946, de autoría de estudiantes y profesores de la institución. Las conclusiones indican que la enseñanza de la materia Higiene no se restringía a los cuidados del cuerpo, sino que estaba amalgamada a un proyecto del pueblo catarinense para civilizar y moralizar a través de la Educación. Así, los contenidos enseñados en la Escuela Normal deberían ser transmitidos a los niños, a los padres, y a la comunidad a la cual el grupo escolar pertenecía. En los primeros años, la enseñanza de Higiene estaba muy vinculada a la diseminación de orientaciones acerca de la higiene corporal, familiar, así como de la profilaxis de las enfermedades. Paulatinamente, los contenidos del discurso médico higienista se centraron en el acompañamiento del desarrollo biológico del niño. Los análisis realizados confirman la idea de que la infancia se constituía en objeto de intervención higiénica y disciplinaria, teniendo como fundamento los conocimientos científicos proporcionados por las Ciencias de la Educación, particularmente la Biología.

Palabras clave: educación; infancia; higiene; formación de profesores.

Compreender como a infância é tratada no discurso médico e higienista em uma escola de formação de professores no estado de Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XX, é o foco do artigo em pauta. As pesquisas de Costa (1979), Gondra (2000, 2002a, 2002b, 2004) e Ferreira (2002) elucidam como a infância tornou-se objeto de intervenção médica, higiênica e disciplinar. Gondra (2004), ao pesquisar e analisar os exames das teses defendidas na segunda metade do século XIX, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – FMRJ, bem como as comunicações apresentadas no I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (1922) e na I Conferência Nacional de Educação (1927) verificou que “[...] a própria invenção da educação escolar no Brasil se deu a partir de uma matriz médica” (GONDRA, 2004, p. 83).

Ferreira (2002) observa que os discursos médicos apresentavam uma legitimidade para intervir no desenvolvimento da criança, devido aos seus conhecimentos objetivos de base científica. São suas palavras: “A medicina, ao investir no discurso da prevenção da doença e no desenvolvimento da criança, posiciona-se como ciência zeladora da infância e como ciência fundamental para a reforma da sociedade” (FERREIRA, 2002, p. 103). A proteção da infância, como forma de evitar a elevada mortalidade das crianças, passa a ser analisada de um ponto de vista da higiene social, sendo os médicos o único corpo profissional com formação para a intervenção científica sobre a infância. A higiene merece intervenção de apoio público, pois a família não poderá ser a única a responsabilizar-se pelas condições de desenvolvimento das crianças, sendo que a medicina se via com habilidades e capacidades de criticar os progenitores e os poderes públicos.

Magaldi (2002, p. 76) registra que “o discurso médico higienista sinaliza para a importância da intervenção precoce sobre a infância, no sentido da prevenção de possíveis males físicos e sociais e da constituição de indivíduos e sociedade saudáveis”. Ao estudar o pensamento de dois intelectuais brasileiros, Porto Carrero e Cecília Meirelles¹, demonstrou o quanto a infância estava associada à ideia de “massa informe”, como “cera a modelar” oriunda de uma tradição higienista, preventivista.

¹ Segundo Magaldi (2002), Porto-Carrero foi um médico psiquiatra que considerou os saberes da eugenia e da psicanálise em suas formulações teóricas. Participou do movimento de renovação educacional e foi membro da Associação Brasileira de Educação – ABE, instituição fundada em 1924. Esse médico estudou e buscou suas referências em manuais franceses higienistas, como os de Alfred Becquerel e Jean Baptiste

Segundo Rocha (2010), os congressos de higiene escolar, muitas vezes organizados por sociedades ou associações de médicos interessados pelo assunto, ofereciam significativas evidências sobre a importância dos médicos na formulação de propostas voltadas para a Educação, especialmente no sentido de apresentar como legítima e necessária sua intervenção sobre a instituição escolar e as crianças. A esse respeito, Gondra (2002 b) menciona que no 1º Congresso de Proteção à Infância, realizado em 1922, estava presente o tema sobre a higienização da infância, momento em que os argumentos médico-religiosos estavam articulados aos argumentos econômicos, sendo o cuidado com a infância considerado como investimento, “[...] tendo em vista gerar/produzir sujeitos que pudessem ser integrados produtivamente ao mundo do trabalho” (GONDRA, 2002 b, p. 113). Dessa forma, o discurso da infância era relacionado a problemas sociais, sendo a Higiene inscrita na gramática do “guiar, ajudar, corrigir e substituir”, uma aliada para a resolução do problema. São suas palavras: “Combinando e conjugando esforços, seria possível obter uma infância protegida. Higienizada. Em consequência, obter-se-ia a própria defesa da sociedade” (GONDRA, 2002b, p. 114).

O autor também menciona que na I Conferência Nacional de Educação, em 1927, o Dr. Belisario Penna² acrescenta um novo argumento ao lado do econômico, a intervenção eugênica, ou seja, o aperfeiçoamento da espécie, que era aliada à ideia de melhorar a sociedade, juntamente com o argumento jurídico, de defesa da sociedade. Gondra (2002) destaca o objetivo de formar o homem novo, proposto pela ordem médico-higienista:

Na ordem médico-higiênica, era tempo de integrar as dimensões humanas que, tradicionalmente, até o século XIX, na Corte Imperial e no Brasil, vinham sendo concebidas e tratadas isoladamente. Era tempo de uma nova religiosidade, ancorada no saber-poder da ciência. Era tempo de instituir uma nova representação dos colégios, das políticas públicas voltadas para a educação e, também, de novas práticas escolares. Era, enfim, chegado o tempo da trindade pedagógica e da utopia de intervir na formação de um homem novo. Novo porque bem constituído física, moral e intelectualmente. Novo porque inscrito em uma percepção do homem e da sociedade que buscava legitimar-se como nova, em um tempo no qual se dirigiam ações rumo à modernização da sociedade, do trabalho, da economia e da escola. Era tempo de urbanização e de

Fonssagrives. A autora menciona que além de poetisa, Cecília Meirelles foi uma educadora atuante e defensora das ideias do movimento da Escola Nova.

² Segundo Gondra (2002, p. 116), “No discurso de Penna incidem os argumentos religiosos, higiênicos, econômicos, jurídicos e eugênicos, convergindo todos para uma infância a ser modelada exemplarmente.”

aburguesamento. Portanto, também era tempo de higienização. (CONDRA, 2002b, p. 123)

Carvalho (1999), ao analisar o Brasil do final do século XIX até a década de 1920, discorre sobre práticas discursivas e institucionais que constituíram a infância como objeto de intervenção higiênica e disciplinar. A autora apresenta duas metáforas da disciplina, uma que a apresenta como ortopedia e outra que a demonstra como eficiência; ambas buscavam fundamentar práticas discursivas e institucionais que procuravam sua legitimidade enquanto pedagogia *moderna, científica ou experimental*. Para a autora, a higienização seria um modo de disciplina.

Assim a autora define a disciplina como ortopedia³:

Observar, medir, classificar, prevenir, corrigir. Em todas essas operações, a remissão à norma é uma constante. A pedagogia científica, as práticas que a constituíam e as que derivavam dela, caracterizavam-se, assim, por essa remissão constante aos cânones de normalidade produzidos, pelo avesso, na leitura de sinais de anormalidade ou degenerescência que a ciência contemporânea colecionava em afã de justificar as desigualdades sociais e de explicar o progresso e o atraso dos povos pela existência de determinações inscritas na natureza dos homens. E é por referência a essa norma que a pedagogia se fazia, nas práticas aqui analisadas, ortopedia - arte de prevenção ou da correção de deformação. Essa pedagogia científica pretendia-se legítima porque se representava fundada na natureza. (CARVALHO, 1999, p. 278)

A autora identifica que, a partir dos anos de 1920, ocorre uma mudança discreta no discurso pedagógico, marcada por “uma aposta otimista na natureza infantil e na educabilidade da criança” (Carvalho, 1999, p. 279). Ao mesmo tempo, a disciplina como ortopedia, com suas figuras de deformação, “[...] traziam a detecção e o controle da anormalidade para o âmago da pedagogia” (CARVALHO, 1999, p. 280), sendo objeto da intervenção também de outros saberes e poderes.

³ Neste conjunto de práticas implantadas sobre os saberes da criança pretendidos pela pedagogia científica, a autora menciona a instalação por Oscar Thompson, em 1914, do Laboratório de Pedagogia Experimental, no Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica, anexo à Escola Normal Secundária de São Paulo, cujo professor responsável foi o italiano Ugo Pizzoli. O referido professor introduziu um conjunto de técnicas necessárias às práticas científicas, como a medição, cujos resultados eram anotados em uma Carteira Biográfica Escolar.

A disciplina como eficiência poderá ser verificada na pedagogia da Escola Nova, que também se dizia moderna e baseada nas ciências da educação, a Biologia, a Psicologia e a Sociologia. A pedagogia de Escola Nova, fundamentando-se no exemplo da reorganização do trabalho industrial, desejava introduzir na escola a organização que visasse o rendimento. Essa nova compreensão era uma aposta no poder disciplinador do progresso que “[...] entevia embutido no processo da racionalização das relações sociais sob o modelo fábrica. [...] ele é metáfora dos ritmos impostos aos corpos e as mentes pela *vida moderna*, império da indústria e da técnica” (CARVALHO, 1999, p. 280).

Nos anos de 1920, educação e saúde são questões presentes nos movimentos protagonizados por vários setores da intelectualidade brasileira, como evidencia Carvalho (1999, p. 283 e 284):

No campo da saúde, firma-se, nos anos 20, a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção nos sujeitos sociais, de hábitos higiênicos, por meio da educação. No movimento educacional da mesma década a saúde é um dos pilares da grande campanha de regeneração nacional pela educação. [...] na campanha educacional, saúde, moral e trabalho compunham o trinômio sobre o qual se deveria assentar a ‘educação do povo’. (CARVALHO, 1999, p. 283-284)

Ao analisar as práticas de higienização da infância instauradas nas escolas paulistas, nas primeiras décadas do século XX, Rocha (2010a) destaca o papel da medicina e da higiene na cultura escolar e na produção de um conjunto de práticas escolares que visavam à aquisição de modos de viver, como forma de preservar a saúde, evitar as doenças, afastar a morte e moralizar os costumes. Nos congressos organizados pela Associação Brasileira de Educação e a Sociedade Brasileira de Higiene a temática da saúde, em seus vínculos com a educação, se tornará um ponto de pauta obrigatório. São objeto de interesse desses profissionais os “tempos e espaços da escolarização, os métodos e procedimentos de ensino, os materiais escolares, as posições do corpo infantil durante as práticas de leitura e escrita” (ROCHA, 2010, p. 159).

A autora considera que as crianças foram colocadas sob medida. A partir de 1911, a Inspeção Médica Escolar em São Paulo insere no espaço escolar, a figura do médico abastecido de dispositivos de exame e registro das características individuais das

crianças. Para essa Inspeção, a escola passa a ser um tipo de laboratório, cujos experimentos tomavam como principal objeto o corpo infantil, por isso, encontraremos na rotina dos médicos escolares a medição do peso e da estatura, a verificação da capacidade respiratória, tudo anotado em fichas individuais. Introduziu-se uma ficha antropopedagógica, o “conjunto desses dados fornecia ao médico escolar um retrato do desenvolvimento físico e intelectual da criança, o qual se esperava que viesse a orientar as decisões sobre o lugar a ela destinado no processo de escolarização” (Rocha, 2010, p. 179). Em 1916 ocorre a ampliação da atuação dos inspetores médicos escolares. Estes inserem o exame dos órgãos visuais e auditivos, além da revista buco-dentária. Juntamente com a autoridade do professor, surge a autoridade do médico no espaço escolar, que, por meio da ciência médica, introduz os recursos considerados modernos para o controle das características individuais, observando também o coletivo de alunos.

Gondra (2003), ao discutir a emergência de uma arte de dirigir o homem rumo à modernidade, destaca o papel exercido pelos médicos higienistas através da ordem médica, sintetizada pelos seguintes verbos: olhar, decifrar, analisar, prescrever, controlar, prever, diagnosticar e prever.

O discurso médico e higienista em Santa Catarina

Em Santa Catarina, a presença de saberes higiênicos de cunho científico, que visavam à formação de uma população sadia, hábil para o trabalho, civilizada e racional, conforme os preceitos modernos e republicanos, pode ser verificada na escola primária logo após a criação dos primeiros grupos escolares, em 1910, na Reforma de Ensino chefiada por Orestes Guimarães. Isso se evidencia no Programa de Ensino das Escolas Isoladas e dos Grupos Escolares, de 1911, com a presença da disciplina de “Ciências físicas e naturais – higiene”, nos quatro primeiros anos.

No Programa de Ensino das Escolas Isoladas e dos Grupos Escolares, de 1914⁴, os saberes higiênicos foram incorporados ao currículo com a inclusão das disciplinas de

⁴ Teive e Oliveira (2014 p. 555) registram que indicação semelhante aos aspectos da higiene pode ser observada na Série Graduada de Leitura, adotada a partir de 1919 nos grupos escolares e escolas isoladas catarinenses, conhecida como Série Fontes, Série que substituiu a Série Graduada de autoria do professor paulista Francisco Vianna, adotada nos grupos escolares catarinenses, por indicação de Orestes Guimarães,

“Elementos de Ciências e Higiene”, no 1º ano, e de “Educação e Higiene”, sendo que os objetivos da “Educação e Higiene” eram ministrados juntamente com a disciplina de Linguagem Oral, no 2º ano. A implantação de hábitos higiênicos, segundo a Pedagogia Moderna, não deveria apenas envolver a inclusão de conteúdos científicos nas disciplinas nas escolas, mas deveria também abranger os tempos e os espaços e as práticas escolares, conforme indicam Teive e Oliveira (2014).

Nas práticas escolares havia um investimento em higienizar as crianças das escolas primárias⁵, com a realização de revistas semanais efetuadas pelas(os) professoras(es) que verificavam a higiene do corpo, o cuidado e a limpeza das unhas, das orelhas, cabeça e vestuário. Além disso, as(os) professoras(es) deveriam ensinar e orientar as crianças quanto à alimentação e nutrição, o conhecimento corporal, identificando as partes do corpo e suas funções, a importância dos exercícios, do sono, do trabalho e do descanso.

Sobre a atuação d(a) professor(a) no trabalho com a educação higiênica, Hoeller (2009) destaca a sua importância como o novo agente capaz de instruir e educar as crianças nos preceitos da boa higiene, mais capazes que os pais. Tal investimento não consistia apenas em educar as crianças, mas deveria também influenciar as suas famílias, por isso os hábitos de higiene deveriam ocorrer na idade infantil, de forma que os hábitos saudáveis fossem constituidores da personalidade da criança. Os Regulamentos da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, no período de 1911 e 1914, trazem as obrigações dos inspetores escolares que, entre outras tarefas, deveriam se certificar e assegurar que as noções e regras de higiene estavam sendo trabalhadas e repassadas às crianças catarinenses.

Como demonstra Hoeller (2009), as instalações físicas dos grupos escolares catarinenses também deveriam corresponder às exigências higiênicas necessárias para a

de 1911 a 1918.

⁵ Encontramos em Santa Catarina um programa de educação higiênica na *these* Problemas educacionaes de hygiene – elaborada pelo catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral, em 1929, que além de orientar como as(os) professoras(es) deveriam ensinar as crianças das escolas primárias, também registra a relação entre a escola e a família para um desempenho eficaz da educação higiênica a partir das ações a serem desenvolvidas com as crianças; para isso, o autor menciona na segunda parte da *these* a cooperação do lar e a organização de “Pelotões de Saúde” e da “Liga das Mãezinhas”. Cabral era aluno do curso de medicina e foi ex-professor primário em Santa Catarina e apresentou em sua *these* a necessidade de se educar a população, substituindo hábitos considerados *condenáveis* por outros *sãos e recomendáveis*. Para mais informações, ver CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Problemas educacionaes de hygiene*. “These” (Graduação em Medicina) – Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1929.

escolarização da infância. No entanto, o que se observa é uma gama de diferentes edificações. Dos sete primeiros grupos escolares criados, seis foram construídos para este fim, sendo que a adaptação das instalações ocorreu apenas no Grupo Escolar da cidade de Joinville. O mesmo não ocorreu em outros Grupos Escolares catarinenses, criados na década de 1920, em que houve edificações adaptadas para tal fim.

A Primeira Conferência Estadual do Ensino Primário, ocorrida em julho e agosto de 1927⁶, teve lugar no salão nobre da Escola Normal, e sua convocação foi realizada pelo então governador Adolpho Konder. Na Conferência, além das atividades, como festas e momentos cívicos, foram apresentadas 44 teses de professores e intelectuais da cidade, com o objetivo de discutir diferentes aspectos da Educação e apontar caminhos para superar o atraso em que se encontrava o ensino primário. Holler (2014) assim caracteriza a Conferência:

A ICEEP-SC colocou à mesa de discussão, assuntos relacionados ao ensino primário que tinham intenções de demarcar avanços nesse nível de ensino, superando, na concepção dos articuladores, os atrasos relacionados aos diversos aspectos julgados justos de serem ultrapassados: método analítico de alfabetização, contraposto ao método sintético; programas de ensino e disciplinas que deveriam figurar nas escolas catarinenses; os princípios de higiene, moral e educação cívica; a defesa dos trabalhos manuais em equilíbrio com os trabalhos intelectuais; correlação entre ensino primário, ginasial, e ensino normal, incluindo a formação dos professores; o ensino profissionalizante em outras áreas; inspeção escolar; e nacionalização do ensino. (HOELLER, 2014, p. 4)

Das 44 teses apresentadas na Conferência, quatro se referiam às questões do ensino de Higiene e Higiene escolar. Além dessas, havia uma tese sobre assistência dentária escolar, o que denota que pelo menos 10% das teses apresentadas focalizavam conhecimentos da higiene que deveriam ser repassados no ensino primário catarinense.

Observa-se que, em Santa Catarina, a abrangência e a influência dos saberes e práticas higiênicas deveriam atingir também a Escola Normal que diplomava os professores primários. Nessa perspectiva, esses professores, devidamente informados, conscientizados e sensibilizados da importância das práticas sadias, educariam as crianças

⁶ Segundo Hoeller (2014, p. 13), “As conferências educacionais, no Brasil dos anos de 1920, podem ser interpretadas por seu caráter educacional, pedagógico e político e como integrantes de um repertório de ações no intento de estabelecer propostas (projetos) e encontrar soluções para os problemas ligados ao contexto educacional ou escolar e que isto pudesse colaborar com o progresso do Brasil”.

nos preceitos higiênicos e ajudariam na tarefa dos médicos higienistas de prevenir, garantir e proteger a saúde. O item a seguir apresenta a configuração da disciplina de Higiene no currículo da Escola Normal.

A disciplina da Higiene no curso de formação de professores

A consolidação da formação de professores em Santa Catarina na Escola Normal ocorre a partir de 1892, como indica Schaffrath (1999). Naquele momento, os conteúdos relacionados à Higiene constavam do Programa de ensino da cadeira de Pedagogia e Metodologia, como vemos a seguir (Quadro 1).

Quadro 01 – Conteúdos da cadeira de Pedagogia e Metodologia

01	Definição da pedagogia e da metodologia, divisões.
02	Educação física: definição, higiene escolar, prédios, mobília escolar, ginástica, temperatura, luz escolar.
03	Educação intelectual: definição, desenvolvimento da inteligência, a memória e suas vantagens, sua cultura.
04	Relação entre a metodologia e a pedagogia, ensino, sua definição, fim e divisão, processos de ensino para as diferentes disciplinas das escolas primárias.
05	Organização das escolas, meios disciplinares, recompensas escolares, ensino intuitivo, museus escolares.

Fonte: SANTA CATARINA, 1892 *apud* SCHAFFRATH, 1999, p. 111.

Observa-se que os conteúdos relativos à higiene escolar estavam presentes no currículo desde a consolidação da Escola Normal, no final do século XIX, mas o ensino de Higiene como matéria específica ocorre em 1919, mesmo ano em que foi reorganizada a Diretoria de Higiene do Estado, que criou comissões sanitárias compostas por um médico, um funcionário municipal e um membro da Diretoria, responsáveis pela realização de visitas domiciliares para exame das casas e propagação dos princípios de higiene. A inclusão da matéria de Noções de Higiene foi feita na cadeira de Noções de História Natural, Física e Química. O quadro 02 apresenta as 18 matérias que compunham a Escola Normal Catarinense em 1919.

Quadro 02 – Matérias que compunham a Escola Normal Catarinense de 1919

Matérias/ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Português	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X
Aritmética	X	X	-	-
Geografia	X	X	-	-
Desenho	X	X	X	X
Trabalhos	X	X	X	X
Música	X	X	X	X
Ginástica	X	X	-	-
Alemão	-	X	X	X
Álgebra	-	-	X	-
Física e Química	-	-	X	-
História Universal	-	-	X	-
Princípios de Literatura da Língua	-	-	-	X
Geometria	-	-	-	X
História Natural	-	-	-	X
Higiene	-	-	-	X
História do Brasil	-	-	-	X
Psicologia, Pedagogia e Instrução Cívica	-	-	-	X

Fonte: SANTA CATARINA, 1919, p. 1-4.

Como já ressaltado anteriormente, as questões de higiene e salubridade assumiram papel central nos primeiros anos da República, em Florianópolis, mas não se resumiram a elas. Mudar comportamentos e maneiras de viver/conviver na sociedade também não passaram despercebidos, com ênfase nos comportamentos e boas posturas para garantir a boa convivência. Na Escola Normal essas questões se refletiam na busca por estabelecer códigos de conduta e bons comportamentos/maneiras para professores e alunos, que deveriam manter-se tanto na Escola como além dela, para que não se tivesse o que comentar das(os) normalistas, além de seus bons modos e costumes (TEIVE, 2008).

Segundo Sganderla (2015), nos regulamentos da Escola Normal de 1911, 1919 e 1924, as questões relativas à higiene se fizeram presentes também na definição do

ingresso na Escola Normal, pelo fato de que doença contagiosa, falta de vacinação da varíola e defeito físico eram fatores que impossibilitavam a matrícula na Escola Normal. No mesmo ano em que é introduzida a matéria de Higiene, Sganderla (2015) demonstra que a questão da Educação Cívica passa a compor os conteúdos disciplinares da Escola Normal. Em 1919 é introduzida a cadeira de Psicologia, Pedagogia e Instrução Cívica, trazendo elementos para a construção do cidadão amante da Pátria e ciente de seus deveres. A autora destaca que conteúdos similares já eram ministrados na Escola Normal de 1892, na cadeira denominada de Deveres Cívicos e Morais e, mesmo quando não aparecia uma disciplina com essa denominação, tudo indica que esses ensinamentos estavam presentes, considerando as condições morais exigidas para admissão, permanência e contratação de professores.

Outros Estados brasileiros, nos anos de 1920, também tiveram inseridos em seus cursos normais cadeiras de Higiene e Instrução Moral e Cívica. Nagle (1974) indica que esse foi o caso de São Paulo, com a disciplina de Higiene; do Ceará, Pernambuco e Distrito Federal que, além de Higiene, tinham a disciplina de Instrução Moral e Cívica; da Bahia que, na Escola Normal da capital, tinha as cadeiras de Higiene Escolar e Educação Moral e Cívica. Os conteúdos relativos à Higiene compunham a formação de professores no Estado de Santa Catarina como matéria específica desde 1919. Nas reformulações da Escola Normal, realizadas em 1924 e 1928, essa matéria foi mantida, sendo que tais discussões também foram reiteradas em outras disciplinas como Pedagogia, em que foi feita a inclusão de conteúdos relativos à higiene escolar e dos educandos e ao uso do material e mobiliário escolar (Quadro 3).

Quadro 03 – Matérias que compunham a Escola Normal Catarinense de 1928

Matérias/ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Alemão	x	x	x	-
Álgebra	-	x	-	-
Aritmética	x	x	-	-
Botânica	x	-	-	-
Desenho	x	x	x	-
Ed. Moral e Cívica	-	-	-	x

Física	-	-	X	-
Francês	X	X	-	-
Geografia	X	X	-	-
Geometria	-	-	X	-
Ginástica	X	X	X	X
Higiene	-	-	X	-
História	-	-	X	X
Latim	X	X	-	-
Literatura	-	-	X	X
Música e canto	X	X	X	X
Pedagogia	-	-	-	X
Português	X	X	X	X
Psicologia	-	-	X	-
Química	-	-	-	X
Trabalhos manuais (profissional feminino)	X	X	X	X
Zoologia	-	X	-	-

Fonte: SANTA CATARINA, 1928, p. 3-32.

Segundo Pykosz e Taborda de Oliveira (2009, p. 154): “A higiene no currículo seria um meio de inculcar novos hábitos e costumes à classe escolar e, no plano mais amplo, seria um meio de disseminar determinados valores para um país que alterava suas formas de sociabilidade”.

Adentrando os anos de 1930, temos a Reforma de 1935 que transformou a Escola Normal Catarinense em Instituto de Educação, ficando a instrução pública catarinense, a partir de então, organizada da seguinte forma: Jardim de Infância, Escola Isolada, Grupo Escolar, Escola Normal Primária (com duração de três anos e que preparava os alunos que pretendiam ser professores na zona rural), Escola Normal Secundária (três anos e fornecia sólido preparo aos que pretendiam dedicar-se ao magistério), Escola Normal Superior Vocacional (dois anos e se destinava ao preparo exclusivo de professores para as diversas modalidades de ensino). Carvalho, Daros e Sganderla (2012) indicam que, para além da mudança de nomenclatura das instituições, a reforma buscava atribuir um caráter mais científico à formação de professores, tendo como referência as ciências da

Educação: Biologia, Psicologia e Sociologia. Com base em uma perspectiva experimental e funcionalista, essas ciências propunham uma base científica para a pedagogia.

Pelo Decreto-Lei nº 217, de 09 de março de 1937, ficaram aprovados os programas da Escola Normal Superior Vocacional, considerando que essa era a formação mais completa para o/a normalista na época. Uma análise de todos os programas que constavam do Decreto nº 217 permitiu observar que os conteúdos de Higiene estavam distribuídos em diferentes matérias, tais como Sociologia, em que se estudava Saúde pública e higiene social; Puericultura, quando o/a normalista tinha acesso aos conteúdos sobre o cuidado com as crianças: Primeiros cuidados – Morte aparente. Banho e cuidados de higiene com os olhos. Defesa contra o frio. Excesso de agasalho. Repousa e sono. Quarto de dormir. Cabe destacar que Puericultura aparece como uma das matérias de ensino da Escola Normal Superior Vocacional em 1937. Além dessas matérias, em Metodologia do Ensino Primário e Didática, constava um item sobre o Ensino de Higiene, como evidencia o quadro 4:

Quadro 4 – Conteúdos de Higiene da matéria Metodologia do Ensino Primário e Didática

IV – Do ensino da Higiene
a) fins e importância deste ensino
b) assuntos que devem ser incluídos no programa
c) modo pelo qual se deve ensinar a higiene na escola primária
d) o cuidado com as crianças

Fonte: SANTA CATARINA, 1937, p. 3-4.

As aplicações desses conhecimentos à Pedagogia propiciaram o entendimento da criança como um ser em crescimento e buscavam o não prejuízo do desenvolvimento infantil pelo efeito do trabalho escolar, considerando a importância da primeira idade para o processo evolutivo, o que viria a congregar esforços da instituição escolar e reforçar a ação da família sobre a criança. A discussão sobre higiene no ambiente escolar e em outros locais da vida pública teve centralidade nos currículos, na organização dos espaços e tempos escolares, em congressos e na prática docente do professor, entre os anos de 1910 a 1930, como informou dona Passinha, em depoimento à Teive:

Não era só ensinar a ler e a escrever, era muito mais do que isso. A gente ensinava tudo. Na aula de higiene, porque tinha aula de higiene, isso era muito importante, eu olhava um por um, as orelhas, o pescoço, a cabeça, as unhas, o nariz, se tava sujo eu lavava e dizia: hoje eu lavo, amanhã é a mamãe. A higiene é muito importante, tinha crianças muito pobres, muitos delas não tinham higiene em casa. Eu ensinava, eles aprendiam. (TEIVE, 2008, p. 56)

No item a seguir, apresentamos o modo como o discurso médico e higienista se manifesta na produção discente e docente da Escola Normal, por meio dos artigos publicados na revista *Estudos Educacionais*.

O discurso médico e higienista na revista *Estudos Educacionais*

A revista *Estudos Educacionais* foi um periódico vinculado ao Instituto de Educação de Florianópolis e contou com seis edições entre os anos de 1941 e 1946. Entendemos que analisar como o discurso médico e higienista aparece na revista permite compreender como acontecia a recepção e tradução desse discurso pelos estudantes e professores, conforme indica Bastos (1997) sobre a importância da análise de periódicos para o conhecimento educacional.

O discurso médico e higienista está presente na revista *Estudos Educacionais* em publicações relacionadas a duas disciplinas: à disciplina de Educação Física, que deveria cuidar do corpo e da mente das crianças e, também, prepará-las para o trabalho, de maneira eficiente e eficaz; e à disciplina de Biologia, que estava ligada aos cuidados do corpo da criança, desde o seu nascimento, realizando um diálogo bastante próximo com a higiene, a medicina, a puericultura e a eugenia.

Identificamos nove artigos que representam o discurso médico e higienista e que foram publicados na revista entre 1941 e 1946, conforme indica o quadro 5. Observa-se que quatro artigos foram publicados no ano de 1941, dois em 1942, um em 1943 e dois em 1946.

Quadro 5 – Discurso médico e higienista em artigos da Revista *Estudos Educacionais*

Artigos
<p>ANDRADA, F. Caldeira de. Educação Física. <i>Estudos Educacionais</i>, publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, nº. 1, p. 71-77, ago. 1941;</p> <p>TAVARES, Armínio. Importância do aleitamento materno. <i>Estudos Educacionais</i>, publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, nº. 1, p. 33-38, ago. 1941a;</p> <p>CARDOSO, Olga F. Importância de uma boa audição escolar. <i>Estudos Educacionais</i>, publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, nº. 1, p. 79-82, ago. 1941.</p> <p>TAVARES, Armínio. Sobre o recém-nascido. <i>Estudos Educacionais</i>, publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano I, nº. 2, p. 8-11, nov. 1941b;</p> <p>TAVARES, Armínio. Professora, a difteria é um poderoso inimigo do teu pequenino aluno! <i>Estudos Educacionais</i>, publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano II, nº 3, p. 74-77, nov. 1942;</p> <p>FAÍSCA, Armí. Os desvios da coluna vertebral nos escolares. <i>Estudos Educacionais</i>, publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano II, nº 3, p. 58-61, nov. 1942;</p> <p>NUNES, Aldo João. O valor moral e físico do esporte. <i>Estudos Educacionais</i>, publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano III, nº 5, p. 65-66, mar. 1943</p> <p>FARACO, Biase. Sífilis e exame pré-nupcial. <i>Estudos Educacionais</i>, publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano V, nº 6, p. 3-6, mar. 1946;</p> <p>SAMY, Paulo. Educação Física, base da intelectual. <i>Estudos Educacionais</i>, publicação do Curso Normal do Instituto de Educação, Florianópolis/SC, ano V, nº 6, p. 33-36, mar. 1946.</p>

Fonte: Revista *Estudos Educacionais*.

Em três dos artigos publicados na revista, o discurso médico e higienista está relacionado à disciplina de Educação Física. O primeiro é de autoria de F. Caldeira de Andrada, que participou da primeira edição da revista, do ano de 1941, com o texto denominado *Educação Física*. O autor avalia que já não havia mais procura pela cultura física, mas sim por uma cultura corpórea e a conquista de uma vida sadia. Comenta o autor que a Educação Física passou a ser melhor compreendida e que os homens já a encaravam como um fator essencial na formação da eugenia dos povos. Ressalta que o homem moderno é conhecedor de que a educação física “compreende uma reunião de exercícios, cuja prática racional e metódica, é possível fazer o ser humano atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento físico, compatível com a sua natureza” (ANDRADA, 1941, p. 71-72), o que já podia ser verificado, segundo o autor, em várias nações estrangeiras, que estavam melhorando seus métodos e programas de educação física em moldes racionais.

O autor entende que, na concepção moderna, a Educação Física, além da educação do intelecto, deve ser o “[...] seguro alicerce sôbre o qual deve repousar a moral de um povo” (ANDRADA, 1941, p. 71-72).

O autor explica que a disciplina de Educação Física do Instituto de Educação era ministrada diariamente no Estádio da Força Policial, em turmas distintas por grau e sexo, separando-se as meninas dos rapazes, sendo praticados os seguintes esportes: voleibol, basquetebol e futebol. O Instituto também possuía um gabinete antopométrico, onde eram registrados os valores somático e funcional dos alunos. O autor evidencia qual o objetivo do Instituto com relação à Educação Física: “com o objetivo de melhor preparar a herança biológica do homem, enquanto lhe vai preparando um ambiente social satisfatório e uma educação adequada” (ANDRADA, 1941, p. 72).

Na quinta edição da revista *Estudos Educacionais*, no ano de 1943, o estudante Aldo João Nunes, publica o artigo intitulado *O valor moral e físico do esporte*. Entende que o esporte é “um complemento da educação integral da mocidade, não uma profissão, mas um processo sadio para a eugenia da raça e para elevar, o mais alto possível, a moral do povo” (NUNES, 1943, p. 65). Explica que, quando os esportes anglo-saxônicos chegaram ao Brasil, houve um exagero na prática por parte da mocidade (voltada para jogar bola, remar e correr), que deixou de lado a cultura intelectual, focando na formação do atleta. O aluno ressalta que a Educação Física pode sim ser estimulada com a prática de jogos e esportes, pois o “esporte pode desenvolver nos indivíduos o espírito da cooperação” (NUNES, 1943, p. 65).

A rivalidade e a competição podem até existir, desde que possibilitem o progresso e o desenvolvimento do grupo, ressalta o autor. Segundo Nunes (1943, p. 66), as vitórias e as derrotas servem para a construção das qualidades morais, mas adverte que não podemos “esquecer que uma vitória técnica alcançada com menosprezo dos princípios éticos, com esquecimento dos deveres de cavalheirismo esportivo e falta de educação moral, é antes um fracasso que um triunfo”. Ao término de sua exposição, o autor registra que “o esporte deve ser praticado afim de preparar os indivíduos para enfrentarem as lutas diárias” (NUNES, 1943, p. 66).

No ano de 1946, o professor Paulo Samy colabora na sexta edição da revista *Estudos Educacionais* com o artigo denominado *Educação Física, base da intelectual*. O

autor assevera que a Educação Física a cada dia apresenta uma importância maior e que o seu fim é desenvolver o corpo e tornar o ser humano mais resistente, sob o ponto de vista físico e espiritual. Ele assegura que a educação integral visa ao desenvolvimento, quer das faculdades físicas, “[...] quer das faculdades intelectuais e morais do ser humano, e este deverá ser fisicamente vigoroso, são, refratário à fadiga e, harmoniosamente desenvolvido, para que ela se lhe possa aplicar nas melhores condições possíveis de aproveitamento” (SAMY, 1946, p. 66). Se houvesse, paralelamente, uma educação do físico, do intelecto e das faculdades morais, teríamos alcançado o ser humano ideal, avalia.

De acordo com o autor, não podemos esquecer que, inicialmente, o ser humano é afetado no físico, mas, durante o desenvolvimento da vida intelectual, as más condições físicas podem reagir sobre a vida psíquica da criança, portanto temos que corrigir essas condições em tempo útil. Samy (1946, p. 35) descreve os possíveis desajustes desse desequilíbrio: “os retardados mentais, os caracteres violentos, os preguiçosos, elementos esses que representam para as famílias descuidadas, a punição da ignorância das leis imperiosas da natureza humana”. A escola tem sua parcela de responsabilidade, segundo o autor, pois não pode exigir dos(as) alunos(as) um trabalho excessivo, recomendando alternância entre os trabalhos realizados. Ele entende que a Educação Física pode ser uma aliada ao descanso intelectual necessário às crianças. Ao término de sua exposição, o autor salienta que a educação racional do corpo repercute em benefício do trabalho intelectual, tornando “o cérebro mais disposto, mais receptivo, e permitindo-lhe mais rapidamente transformar em ciência prática as noções recebidas. Ela, como nos demonstra a moderna fisiologia, atua sobre os centros nervosos e sobre o cérebro e, por consequência, sobre a inteligência”. (SAMY, 1946, p. 35)

Pode-se observar que os artigos vinculados à disciplina de Educação Física fazem a defesa da educação do corpo para forjar qualidades intelectuais e morais nas crianças, havendo uma articulação do discurso higienista a um discurso moral. Pode-se afirmar que nesse discurso estão presentes as ideias pedagógicas hegemônicas no Estado Novo (1937-1945).

A maioria dos artigos publicados na revista, seis dentre nove, relaciona o discurso médico e higienista à cadeira de Biologia e conhecimentos sobre Puericultura, conteúdos

que abrangiam o desenvolvimento da criança desde o nascimento, a alimentação, a dentição e as doenças (SGANDERLA, 2015).

A publicação de Armínio Tavares (1941a), doutor e professor catedrático da cadeira de Biologia, intitulada *Importância do aleitamento materno*, está na primeira edição da revista *Estudos Educacionais*. Nesse texto, o autor valoriza o correto aleitamento materno e a devida higiene alimentar como formas de prevenção da mortalidade infantil. Apoiado em dados estatísticos do Rio de Janeiro, o professor demonstra como era grave o problema da mortalidade infantil no Estado, causada principalmente por afecções do aparelho digestivo (diarréias, toxi-infecções gastro-intestinais, distrofias resultantes de erros alimentares, que poderiam ser evitadas) e pela pressa em desmamar a criança.

Tavares (1941a, p. 33) assevera que “o leite humano é sangue branco, sem o qual a criança sofre, definha e morre”. É o alimento ideal para a criança até um ano de idade. Comenta também que, em Florianópolis, os números da mortalidade infantil haviam diminuído nos últimos dois anos (entre 1938 e 1940), mas ainda era necessário fazer muito mais, educando o povo nos princípios da higiene alimentar e dando conselhos às mães por meio de propagandas e aulas nas escolas.

Segundo Tavares,

Não foi, portanto, sem razão que criaram a cadeira de Biologia e, no seu programa, incluíram um capítulo referente à Puericultura. Medida, como veem acertada, porque aproveita de vocês, normalistas, como meio que está sendo feita por êste Brasil inteiro [...]. (TAVARES, 1941a, p. 34)

O autor cita mensagens do governo Getúlio Vargas sobre o amparo e o zelo necessários às crianças na construção da nacionalidade, com cidadãos fortes e capazes. Adverte que os normalistas tinham uma responsabilidade maior, pois, como futuros professores, não lhes caberia apenas lecionar; teriam também a obrigação de ensinar aos seus alunos os princípios de higiene e de Biologia que aprenderam no Instituto e depois aplicá-los na vida prática, para assim alcançar a diminuição da mortalidade.

Para Tavares, o aleitamento materno é muito importante para a preservação da vitalidade infantil, pois o recém-nascido deverá dobrar de peso em seis meses, triplicar o seu peso em um ano e quadruplicá-lo aos dois anos. O leite materno apresenta todos os

elementos nutritivos necessários para a criança progredir e prosperar normalmente. O autor apresenta um quadro em que descreve o valor nutritivo do leite humano comparado ao leite de outros animais, bem como cita os horários em que o leite deve ser oferecido ao recém-nascido, até que complete dois anos.

A segunda edição da revista *Estudos Educacionais* traz outro texto do professor Armínio Tavares (1941b), intitulado *Sôbre o recém-nascido*. Na sua abertura, há a explicação de que o texto é oriundo do resumo de uma aula ministrada por ele, então catedrático de Biologia Educacional. Observa-se que a preocupação principal é orientar as futuras professoras e mães sobre as condições da criança nos primeiros meses de vida.

O autor discorre que, ao nascer uma criança, é preciso verificar se ela é uma “criança a termo” (que nasceu com nove meses, com peso e estatura normais), prematura (que nasceu antes dos nove meses, em regra aos sete) ou “débil congênita” (que nasceu com nove meses, mas não suficientemente desenvolvida, em geral abaixo do peso, da estatura e da resistência orgânica necessárias). Explica que o recém-nascido é a criança antes da queda do coto umbilical (que acontece próximo dos sete dias de vida, aproximadamente). Essa criança recém-nascida se alimentará do primeiro leite da mãe, que está rico em calorias, chamado colostro.

Tavares (1941b, p. 9) afirma que o “recém-nascido não é um adulto em miniatura” e apresenta a evolução dessas primeiras horas de vida da criança, bem como aspectos referentes às suas novas adaptações, como por exemplo, a respiração e o choro. Depois, informa as características do recém-nascido: a medida da cabeça (que no início é desproporcional ao corpo); atitudes; peso; mecônio (primeira evacuação da criança); aparelho circulatório (o coração); altura; temperatura; unhas; cordão umbilical etc. Todas essas características são devidamente detalhadas pelo autor.

Em vista do exposto, questionamo-nos: por que fornecer esse tipo de informação aos normalistas? Percebemos com esse discurso que preparar os(as) alunos(as) normalistas com conhecimentos referentes ao recém-nascido tinha a intenção de habilitar e instrumentalizar o(a) professor(a) com conhecimentos científicos oriundos da Medicina, da Puericultura, da Higiene e da Biologia, visando ao cuidado com o corpo desde o nascimento, para que a criança crescesse de forma saudável e harmônica,

desenvolvendo-se integralmente. Essa mesma ideia também fica expressa no texto seguinte, escrito pelo mesmo professor, desta vez sobre a difteria.

O professor e médico Armínio Tavares (1942), na terceira edição da revista *Estudos Educacionais*, no ano de 1942, publica o artigo denominado *Professora, a difteria é um poderoso inimigo do teu pequenino aluno!*. Nesse texto, relata uma experiência de consultório que o levou a esboçar uma campanha em prol da imunização da população infantil catarinense contra a difteria. Explica que a moléstia é ocasionada pelo bacilo Klebs-Löffler, que derrama uma toxina na “corrente sanguínea do pequeno doente e vai envenenando-o aos poucos, atacando o sistema nervoso, rins e coração, até que o mata quando o sôro não vem a tempo” (Tavares, 1942, p. 74). Descreve os primeiros sintomas: indisposição, falta de apetite, dor de cabeça e, às vezes, febre e alerta que quando a doença se agrava, a criança precisa de uma traqueotomia para conseguir respirar. Ao que parece, o médico e professor fornece essas informações para que as futuras professoras observem as crianças e ajudem a divulgar a necessidade de se tornar obrigatória a vacinação contra a moléstia.

Ainda no âmbito da seção Biologia, são publicados textos de estudantes, que refletem apontamentos de aula referentes aos conteúdos ministrados nessa cadeira. Na primeira edição da revista *Estudos Educacionais*, no ano de 1941, foi publicado o artigo da aluna Olga F. Cardoso, intitulado *Importância de uma boa audição escolar*. A autora assevera que, para que o aluno tenha um bom aproveitamento escolar, são necessárias uma boa visão e uma boa audição, por isso, ao iniciar o ano letivo, o professor deveria examinar tais questões em seus alunos, tendo em vista que uma boa assimilação dos conteúdos depende disso. Segundo Cardoso (1941, p. 79), “quem não tem um diapasão para verificar a audição do escolar, poderá fazer com um simples relógio de algibeira. Uma audição normal, deve escutar o tic-tac do relógio a 1 metro de distância”. Crianças com alguma dificuldade em ouvir devem ser colocadas na frente, pois quem escuta pouco tende a ser distraído, ouve o professor, mas não o entende, destaca a autora.

Ao se referir ao ouvido, Cardoso explica que este aparelho se divide em: ouvido externo (formado por duas partes – o pavilhão e o conduto auditivo externo); ouvido médio (formado de seis partes), ouvido interno (onde está o labirinto). Temos ainda o tímpano ou membrana timpânica, que separa o ouvido médio ou a caixa do conduto

auditivo externo. A autora alerta que o escolar nunca deve coçar o ouvido com o lápis ou as unhas, pois, além de anti-higiênico, o hábito pode causar infecções graves. Além disso, comenta que devemos verificar se há cera ou pus nos ouvidos do escolar (otites), que podem se tornar causas de surdez. Há dois tipos de surdez: a surdez de transmissão e a surdez de percepção, explica Cardoso (1941). A autora conclui enfatizando a importância da audição para o desempenho escolar, informando também da existência de fichários próprios nos modernos estabelecimentos escolares, onde também havia especialistas e clínicos para examinar os alunos (Cardoso, 1941, p. 81).

Na mesma seção, no ano seguinte, é publicado um artigo do aluno Armí Faisca, intitulado *Os desvios da coluna vertebral nos escolares*. O autor apresenta a constituição da coluna vertebral: “formada por 12 vértebras cervicais, 7 dorsais, 5 lombares, sacro e cóccix, não é retilínea; apresenta curvaturas normais, tais como: a cervical, a dorsal, a lombar e a sacra” (FAISCA, 1942, p. 58). Também informa que, devido a vícios de atitude corpórea, a coluna vertebral pode apresentar certas anomalias, como “a cifose, a lordose e a escoliose”, então passa a descrever como esses vícios podem aparecer nos escolares:

Cifose – É o aumento da convexidade posterior. Nos escolares, a cifose é consequência da má posição, frequentemente, dos míopes que se aproximam demasiadamente do livro ou do caderno, quando leem ou quando escrevem, respectivamente, curvando excessivamente a espinha dorsal. A cifose pode aparecer na criança, no adolescente e no adulto [...] Escoliose – É o nome dado aos desvios da coluna vertebral para direita ou para esquerda. É produto da má posição do auno na escola quando se senta numa cadeira muito alta e é obrigado a erguer a espádua direita para escrever, provocando, assim, um desvio da coluna vertebral para a direita. (FAISCA, 1942, p. 58)

Faisca (1942) alerta que desde cedo se deve realizar a profilaxia dessas doenças, com a adoção de medidas que levem a criança a permanecer na posição correta durante as aulas, ao ler e escrever. O mobiliário escolar e a iluminação (unilateral esquerda) também devem estar adequados. As cadeiras e as mesas (tampo de madeira) devem ter uma atenção especial, pois a sua altura (muito alto ou muito baixo) pode ocasionar escoliose ou cifose, por isso o ideal é que as carteiras tenham graduações que possibilitem a adaptação ao tamanho do aluno.

Também fornece orientações quanto à altura e à largura dos bancos e à posição dos cadernos e afirma que assumir uma posição correta durante a leitura não auxilia apenas a coluna mas também o órgão visual. Ao término de seu texto, adverte que as anomalias da coluna vertebral “devem ser evitadas, tanto quanto possível, no escolar, porque, além dos defeitos físicos que elas podem produzir, também outros há que são resultados dessas anomalias, ou melhor, que correm por conta dessas anomalias”, como problemas nos pulmões e coração (Faisca, 1942, p. 61).

O discurso médico dirigido à sociedade de modo geral e às futuras mães, em particular, está representado na revista pelo artigo do médico Biase Faraco (1946) publicado no ano de 1946, intitulado *Sífilis e exame pré-nupcial*. Para o autor, o exame pré-nupcial se presta a descobrir os males físicos e mentais que possam ser transmitidos de um cônjuge ao outro. Alerta que, entre os males que afetam os seres humanos, há os de caráter psíquico, a exemplo da epilepsia e da predisposição ao alcoolismo, e há ainda as infecções, como a lepra (hanseníase), a tuberculose e as moléstias venéreas, principalmente a sífilis, causada pelo treponema pálido, que em seu estado evoluído pode atingir o aparelho circulatório e o sistema nervoso.

Quando localizada na pele ou nas mucosas, pode ser transmitida ao cônjuge, e a mãe pode transmiti-la ao filho durante a gestação. Informa que a grande maioria dos países solicitavam este exame para ambos os sexos, quinze dias antes do enlace, garantindo a pureza da raça para o futuro. Mesmo com a exigência do exame, a aplicação prática da medida não era muito eficaz, pois considerava que, quem lidasse com este terrível flagelo, saberia que a realidade era bem diferente, afirmando que “a transmissão da sífilis, na vida sexual, via de regra se encontra nas uniões ilegítimas, portanto as que fogem ao controle da lei” (FARACO, 1946, p. 5).

O autor ressalta que a Primeira Conferência Nacional de Defesa contra a Sífilis, realizada em 1940, na capital federal, reuniu diversos sifilígrafos, psiquiatras, obstetras, juristas e educadores, evento em que o estado de Santa Catarina também teve a sua representação. Ao fim, os conferencistas acordaram que “merece ser estimulada a propaganda intensa e persistente em favor do exame pré-nupcial” (FARACO, 1946, p. 5).

O autor alerta que algo deveria ser feito pelas prostitutas, principal fonte da transmissão do mal. Para Faraco (1946, p. 6), “Os reformatórios, com finalidades

sanitárias e educativas, poderiam sarar-lhe o corpo e o espírito, encaminhando-as a uma profissão condigna, onde seriam mais úteis à pátria”. Ao concluir seu texto, reforça a necessidade de uma educação sexual completa, que “procure orientar os jovens para o matrimônio monogâmico”, pois este será “[...] um dos principais fatores do aprimoramento da raça, que eles deverão construir com a sua “*mens sana in corpore sano*” (FARACO, 1946, p. 6).

Observa-se que os artigos relacionados à disciplina de Biologia preocupam-se em fornecer várias informações sobre o desenvolvimento da criança, de modo a orientar uma ação docente fundamentada em bases científicas. Além disso, também estão presentes preocupações com uma orientação moral para a ação na sociedade, como se percebe no último artigo, em que o aprimoramento da raça é o argumento para a defesa do casamento monogâmico.

Considerações finais

As análises realizadas sobre os programas da disciplina de Higiene na Escola Normal, de 1919 a 1937, e os artigos publicados na revista *Estudos Educacionais*, de 1941 a 1946, permitem concluir que os saberes médicos-higienistas que circulavam no Brasil e no mundo a partir da segunda metade do século XIX, podem ser encontrados como fundamento da formação de professores em Santa Catarina.

A discussão sobre a eugenia é um tema presente nos artigos analisados, especialmente os que resultam da disciplina de Educação Física e aqueles relacionados ao discurso médico. A maioria dos artigos, no entanto, evidencia a preocupação com a divulgação de conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento das crianças fundamentados na Biologia como uma das ciências da Educação, orientação que se tornou hegemônica na formação de professores a partir de 1935, com a transformação da Escola Normal em Instituto de Educação.

Observa-se que o ensino da Higiene não se restringia aos cuidados com o corpo, mas estava amalgamado a um projeto para civilizar e moralizar o povo catarinense pela via da Educação. Assim, se ensinava e cobrava na Escola Normal o que deveria ser transmitido na escola primária às crianças, aos pais e à comunidade da qual o grupo

escolar fazia parte. Dessa forma, a infância constituía-se como objeto de intervenção higiênica e disciplinar, como evidencia Carvalho (1999), no sentido da prevenção de possíveis males físicos e sociais e da constituição de indivíduos e sociedade saudáveis.

Referências

- ANDRADA, F. Caldeira de. Educação física. **Estudos educacionais**, Florianópolis: Curso Normal do Instituto de Educação, ano I, n. 1, p. 71-77, ago. 1941.
- BASTOS, M. H. C. A imprensa periódica educacional no Brasil (1808 - 1944). In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **Educação em revista: A imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 173-187.
- CARDOSO, O. F. Importância de uma boa audição escolar. **Estudos Educacionais**, Florianópolis: Curso Normal do Instituto de Educação, ano I, n. 1, p. 79-82, ago. 1941.
- CARVALHO, M. M. C. de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (org.). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 269-287.
- CARVALHO, D. C. de; DAROS, M. das. D.; SGANDERLA, A. P. Uma abordagem histórica da psicologia nos cursos de formação de professores: em foco os programas da disciplina em uma escola catarinense na década de 1930. **Rev. Bras. Educ. [online]**, [S.l.], v. 17, n. 51, p. 675-692, 2012.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FAISCA, A. Os desvios da coluna vertebral nos escolares. **Estudos Educacionais**, Florianópolis: Curso Normal do Instituto de Educação, ano II, n. 3, p. 58-61, nov. 1942.
- FARACO, B. Sífilis e exame pré-nupcial. **Estudos Educacionais**, Florianópolis: Curso Normal do Instituto de Educação, ano V, n. 6, p. 3-6, mar. 1946.
- FERREIRA, A. G. Higiene e o investimento médico na educação da infância. In: GONDRA, J. G. (org.). **História, infância e escolarização**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- GONDRA, J. G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99-117, jan./jun. 2000.
- GONDRA, J. G. (org.). **História, infância e escolarização**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2002a.
- GONDRA, J. G. Higienização da infância no Brasil. In: GONDRA, J. G. (org.). **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002b. p. 107-130.

GONDRA, J. G. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 25-38, abr. 2003.

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HOELLER, S. A. de O. **Escolarização da infância catarinense**: a normatização do ensino público primário (1910-1935). 2009. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

HOELLER, S. A. O. As conferências educacionais: projetos para a nação e modernidade pedagógica nos anos de 1920 - Brasil. 480 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

MAGALDI, A. M. B. de Mello. Cera a modelar ou riqueza a preservar: a infância nos debates educacionais brasileiros (anos 1920-30). In: GONDRA, J. G. (Org.). **História, infância e escolarização**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2002. p. 60-80.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NUNES, A. J. O valor moral e físico do esporte. **Estudos Educacionais**, Florianópolis: Curso Normal do Instituto de Educação, ano III, n. 5, p. 65-66, mar. 1943.

PYCOSZ, L. C.; TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do Estado do Paraná. **Currículo sem Fronteiras**, Cidade, v. 9, p. 135-158, 2009.

ROCHA, H. H. P. Cultura escolar e práticas de higienização da infância na escola primária paulista. In: VIDAL, D. G.; SCHWART, C. M. (orgs.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: Edufes, 2010a. p. 159-195.

SAMY, P. Educação Física, base da intelectual. **Estudos Educacionais**, Florianópolis: Curso Normal do Instituto de Educação, ano V, n. 6, p. 33-36, mar. 1946.

SANTA CATARINA. **Programa da Escola Normal. Decreto no1205 de 19 de fevereiro de 1919**. Florianópolis: Oficinas da Imprensa Oficial, 1919.

SANTA CATARINA. **Programa de Ensino da Escola Normal. Aprovado pelo Decreto nº 2.218 de 24 de outubro de 1928**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1928. p. 24.

SANTA CATARINA. Decreto n. 217 de 9 de março de 1937 – organização dos programas, a título provisório, das disciplinas ministradas na Escola Normal Superior Vocacional. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, Florianópolis, ano IV, n. 877, 12 mar. 1937.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. **A Escola Normal Catharinense de 1892**: profissão e ornamento. 1999. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SGANDERLA, A. P. **O ensino de Psicologia na escola Normal em Santa Catarina**. 2015. 271f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TAVARES, A. Importância do aleitamento materno. **Estudos Educacionais**, Florianópolis: Curso Normal do Instituto de Educação, ano I, n. 1, p. 33-38, ago. 1941a.

TAVARES, A. Sobre o recém-nascido. **Estudos Educacionais**, Florianópolis: Curso Normal do Instituto de Educação, ano I, n. 2, p. 08-11, nov. 1941b.

TAVARES, A. Professora, a difteria é um poderoso inimigo do teu pequenino aluno! **Estudos Educacionais**, Florianópolis: Curso Normal do Instituto de Educação, ano II, n. 3, p. 74-77, nov. 1942.

TEIVE, G. M. G. **Uma vez normalista, sempre normalista**: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE G. M. G.; OLIVEIRA, J. V. T. Higienizando corpos, mentes e hábitos: análise comparativa da disciplina higiene nos grupos escolares catarinenses nas reformas Orestes Guimarães (1911-1935) e Elpídio Barbosa (1946-1969). **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 548-570, maio/ago. 2014.

Recebido em: 03/10/2021
Aprovado em: 28/04/2022

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 23 - Número 53 - Ano 2022
revistalinhas@gmail.com